

Associação dos Docentes da UNESP

CARTA À COMUNIDADE UNESPIANA

Em defesa da autonomia universitária, exigimos respeito à decisão que emergir da consulta aos três segmentos

Primeira a ser realizada no mandato do atual governo paulista, a eleição para a reitoria da Unesp está marcada em primeiro turno para 1º a 3/10/2024. As seguintes ocorrerão na Unicamp, início de 2025, e na USP, ao final do mesmo ano.

O cenário político paulista recente semeia dúvidas sobre como o resultado da consulta interna nestas três instituições será tratado pelo governador Tarcísio de Freitas (Republicanos). Herdeiro político do governo Bolsonaro – que interveio em várias instituições federais de ensino superior, nomeando nomes à revelia da comunidade acadêmica – Tarcísio não esconde o descontentamento que tem com a autonomia e a dotação orçamentária própria das universidades estaduais paulistas, conquistadas pelo movimento após uma grande greve em 1988.

Evitando os ataques ideológicos feitos pelo ex-presidente – que repetia diariamente que as universidades públicas são espaço de "balbúrdia", "paraíso da maconha"... – o atual governador paulista mostra-se mais focado nas questões que são vitais ao presente e ao futuro das estaduais paulistas, como é o caso do financiamento e da autonomia.

Quando enviou sua proposta de LDO/2025 para a Alesp, em maio/2024, o governador tentou arrochar os repasses para Unesp, Unicamp e USP, inserindo no mesmo montante de recursos três outras instituições (Famerp, Famema e Univesp). A reação da comunidade interna e externa, inclusive dos reitores, forçou um recuo do governador e o 'jabuti' foi retirado.

A ameaça acima, que ainda paira sobre as universidades estaduais, foi um sinal claro das intenções do governo Tarcísio em relação a estas instituições. Com o advento da reforma tributária, aprovada no Congresso Nacional em dezembro passado (EC nº 132/2023), que trará o fim do ICMS, é com este governo que deverá ser negociada a definição de um novo parâmetro de financiamento para elas.

E como agirá o governador Tarcísio de Freitas quando receber a lista tríplice da Unesp, com vistas ao mandato de 2025-2029? Respeitará a vontade expressa na consulta à comunidade ou, caso tenha preferência por outros nomes, intervirá na instituição para impô-los?

A Adunesp entende que, independentemente de qual das três chapas vença as eleições à reitoria da Unesp, é essencial que a vontade soberana da comunidade seja respeitada. Ainda que o processo de escolha não seja o mais democrático – defendemos que haja paridade entre os segmentos, em detrimento do atual 70% X 15% X 15% – o mínimo que se espera é o respeito à decisão que emergir da consulta.

A efetivação de um nome que não seja o/a do/a vencedor/a da consulta à comunidade acadêmica pode até ser considerada legal. Porém, uma candidatura que, mesmo sob o manto da legalidade da lista tríplice, aceite ser interventora de um governo de coloração fascista, deve ter clareza do significado imoral e indigno deste seu ato. A mesma imoralidade que quase destruiu a Unesp quando o nome do professor William Saad Hossne, vencedor em duas consultas seguidas à comunidade em 1983, foi trocado por um interventor do governo de plantão. Não admitiremos a reedição da truculência e do autoritarismo originários da herança das casernas. Nossa Universidade se fez e se constituiu na luta de resistência contra o arbítrio e a opressão. Não podemos ser menos do que já fomos, e não o seremos!

A Adunesp conclama as congregações das unidades, todos os colegiados e o conjunto da comunidade acadêmica a se manifestarem, rejeitando qualquer tentativa de golpe sobre a autonomia da Unesp.

Às chapas concorrentes, reivindicamos um pronunciamento público de compromisso com a vontade da comunidade e rejeição a uma indicação pelo governador, caso não tenham vencido a consulta.